

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O regionalismo e as políticas culturais na ditadura civil-militar (1966-1975)

Tatyana de Amaral Maia¹

Resumo: O período da ditadura civil-militar (1964-1985) foi marcado por várias ações institucionais para a organização de políticas culturais que garantissem a democratização da cultura nacional. O objetivo deste artigo é analisar a experiência do Conselho Federal de Cultura, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, investigando a importância da ideia de regionalismo na elaboração das políticas culturais durante o regime ditatorial-militar.

Palavras-chaves: Conselho Federal de Cultura – regionalismo - políticas culturais.

Abstract: The period of civil-military dictatorship (1964–1985) was marked by many institutional actions to organize the cultural policies whose goal was to make the democratization of the national culture possible. This article intends to analyse the experience of the Conselho Federal de Cultura, that belongs to Ministério da Educação e Cultura, starting the idea and importance the regionalism idea to create cultural policies during the period of military dictatorship.

Keywords: Conselho Federal de Cultural - regionalism - cultural policies.

O período da ditadura civil-militar foi marcado por diversas ações no setor cultural, especialmente, através da criação de agências e secretarias como o Conselho Federal de Cultura (1966), o Departamento de Assuntos Culturais (1972), o Centro Nacional de Referência Cultural (1975), a Fundação Nacional de Arte (1975) etc. Esses núcleos tinham como objetivo central orientar as políticas culturais a serem implementadas no país, visando a divulgação da produção cultural e a definição dos padrões culturais consideradas adequadas ao país.

No final de 1966, o presidente Castelo Branco instituiu o CFC propondo a elaboração do Plano Nacional de Cultura e a centralização das atividades culturais do MEC, definindo o que seria a cultura nacional. O Conselho, instalado no Rio de Janeiro, ficou responsável por reequipar as principais instituições culturais do país, isto é, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional do Livro, e reformular as diretrizes de atuação desses lugares de cultura.

¹ Doutoranda em História Política/UERJ. Bolsista da CAPES. Orientador: Francisco Carlos Palomanes Martinho. tatyanamaia@yahoo.com.br

O objetivo do CFC era construir um aparato burocrático dedicado exclusivamente à área cultural e à (re)elaboração de diretrizes para promoção e difusão da cultura no país. Para isso, várias ações foram estabelecidas no interior do MEC entre 1966 e 1975, período de maior atuação do CFC. Consideramos este período o mais profícuo da discussão intelectual sobre a intervenção do Estado na área cultural. Neste momento, abre-se um campo de possibilidades para a ação dos intelectuais, cujo traço principal foi a orientação das políticas culturais através das concepções em torno do conceito da “cultura nacional”.

O Conselho Federal de Cultura era composto, principalmente, por literatos, historiadores e antropólogos oriundos, em geral, de dois espaços consagrados: a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vários dos intelectuais fundadores do Conselho eram diretores das instituições nacionais de cultura, como Afonso Arinos de Mello e Franco, Adonias Aguiar Filho e Josué Montello; outros eram próximos do presidente Marechal Castello Branco como Hélio Vianna, cunhado do presidente, Arthur César Ferreira Reis, ex-governador do Amazonas, e Raquel de Queiroz. Ainda compõe a lista, intelectuais importantes como Gilberto Freyre, Pedro Calmon, Cassiano Ricardo, Djacir Lima Menezes, Manuel Diégues Junior, Ariano Suassuna, Gustavo Corção, Roberto Burle Marx, Octávio de Faria etc. Neste sentido, podemos analisar a ação desse grupo a partir da formação de redes de sociabilidade que favorecia a legitimação do grupo no interior do aparelho estatal.

As políticas culturais estabelecidas pelos intelectuais do CFC orientavam-se a partir da idéia de defesa do patrimônio e da difusão dos aspectos culturais regionais. A participação de vários grupos no interior do MEC e a relativa autonomia do setor cultural, até 1975, possibilitou a existência de projetos identificados por outras matrizes que diferem da “ideologia de segurança nacional”, ainda que os intelectuais do Conselho Federal de Cultura adotassem como estratégia política o uso constante das idéias-força “segurança nacional” e “desenvolvimento” aliadas à necessidade de defesa da cultura em seus discursos públicos. Na análise das fontes, essas duas idéias-força só aparecem em discursos pronunciados em momentos específicos, em geral, cerimônias públicas que contavam com a presença de representantes do executivo; em documentos como atas de reunião e pareceres essas idéias não estão presentes.

A ênfase na importância da memória nacional tornou-se a principal tática para a inserção dos intelectuais no interior do aparelho estatal, afinal, a recuperação e organização do passado dependiam de uma investigação sólida sobre nossa formação. A percepção objetivista da cultura, adotada pelo CFC, tem na valorização do passado um pilar fundamental de ação. Nas políticas culturais essa percepção reveste-se na preservação do patrimônio associada à

existência de uma “memória nacional” que precisava ser reorganizada, como afirmou Arthur Cezar Reis,

“Diz-se que a memória nacional está comprometida no negativismo ou no irrealismo, ou ainda no esquecimento que a desfigura, desilustra, diminui, incompatibiliza com a potencialidade que nosso país está alcançando em vários setores de sua capacidade criadora.” (REIS, 1968:1968)

Dessa forma, era preciso recuperar a memória nacional, reorganizá-la, a partir de atos e personagens que efetivamente ilustrassem o passado, tornando-a compatível com “a potencialidade de nosso país”, ou seja, com o desenvolvimento em curso. A associação entre memória e desenvolvimento nacional compreendida como função do Estado só poderia ser realizada através da institucionalização da cultura. A memória nacional construída através de um passado comum terá na questão da mestiçagem e no valor das três raças uma de suas principais diretrizes.

A participação de Freyre no CFC e a difusão de suas idéias desde a década de 1930 foram decisivas para o desenho de um tipo de interpretação da “cultura brasileira”, especialmente, no interior do Conselho. O discurso elaborado por Arthur Cezar Ferreira Reis para o lançamento do “Programa de Ação em favor da Cultura” é representativo das questões enfatizadas pelo grupo. Arthur Reis afirma que a cultura brasileira tem como característica principal o caráter mestiço:

“Não devemos esquecer que constituímos um povo mestiço, que se elaborou por obra inicial de três stocks culturais e étnicos diferentes. (...) E se formos ao exame do que se verificou posteriormente, com a entrada e a incorporação de outros stocks étnicos e culturais, (...), sustentaremos com segurança maior que somos realmente uma sociedade e uma cultura mestiçada (...).” (REIS, 1968:11)

Esse caráter mestiço associava-se à idéia do regional como parte integrante da cultura nacional. Assim, o regionalismo compreendido como pluralidade cultural garantia o substrato constitutivo de nossa cultura. Entre os membros do CFC não havia contradição entre a “cultura nacional” e a “cultura regional”. As possíveis tensões existentes entre o nacional e o regional eram eliminadas à medida que a cultura nacional só podia ser definida a partir de seus aspectos regionais e “(...) esse regionalismo não era desintegrador, mas orgânico” (FREYRE, 1960:14).

A defesa do regionalismo como elemento constitutivo da cultura brasileira surgiu na década de 1920 com a publicação do *Manifesto Regionalista* de Gilberto Freyre, na cidade do Recife (PE). O movimento regionalista nordestino buscava deslocar a visão pessimista do nordeste e, sobretudo, do interior, considerados exemplos do atraso e da estagnação do país, substituindo-a por uma percepção otimista marcada pela noção de “pureza e autenticidade

culturais”. Dessa forma, o movimento regionalista nordestino elaborou uma prática discursiva alicerçada nas palavras chaves “região” e “tradição”.

“Para o intelectual nordestino em busca de afirmação no plano nacional, não se tratava de encontrar linguagens artísticas revolucionárias para exprimir um mundo em acelerada transformação, mas de procurar apoiar-se na riqueza das tradições culturais e artísticas locais para fazer de sua revalorização, bandeira de luta.” (ALMEIDA, J. M. 2003: 321)

O regionalismo nordestino ao valorizar a tradição popular, o folclore, a língua em nome da pureza cultural ameaçada pela presença de elementos alienígenas à nossa cultura carregava consigo o substrato necessário aos grupos nacionalistas e ufanistas que atravessaram os movimentos culturais do período. O regionalismo como base da cultura nacional não seduziu apenas os intelectuais nordestinos, mas foi uma corrente de idéias que atravessou vários grupos intelectuais dedicados a fornecer ao país sua identidade nacional. Já em 1919, é possível ver manifestações que buscam a unidade nacional através da valorização das tradições e tem no espaço geográfico a base para ler o Brasil.

“A preocupação com a valorização de nossas tradições culturais e folclóricas é plenamente encampada pelos modernistas. Recuperá-las significa construir a identidade brasileira, sem a qual seria impossível ao país afirmar sua autonomia no panorama internacional.” (VELLOSO, M. 1993: 93)

Após o lançamento do manifesto regionalista, o grupo modernista paulista verde-amarelo incorporou parte dos ideais defendidos pelo regionalismo nordestino como a crítica à universalização da cultura e o cosmopolitismo das metrópoles. Além disso, prevalece no discurso uma visão otimista sobre o Brasil: país continental, ordeiro e harmônico. Constrói-se um entrelaçado jogo discursivo que compõe a relação regionalismo-nacionalismo. No regionalismo paulista, a idéia de regional fortalecia a percepção na nação, da unidade. Assim, o modernismo inseriu novos elementos ao regionalismo nordestino incorporando traços do discurso ufanista e nacionalista ao movimento. A idéia do regionalismo como expressão da unidade cultural possibilita uma leitura atemporal das práticas culturais populares, vista como autênticas representantes da cultura nacional. A noção de espaço torna-se o centro da análise dos modernistas paulistas e eles definem o estado de São Paulo como a região predestinada a guiar a nação. (VELLOSO, 1993:96)

O regionalismo associado ao nacionalismo se manteve presente no ideário político e intelectual brasileiro até o final da década de 1970. No Conselho Federal de Cultura, representantes do movimento regionalista nordestino, como Gilberto Freyre, e paulista como Cassiano Ricardo voltariam a se encontrar e a defender como cerne das políticas culturais, o regionalismo. Neste momento, as ações intelectuais não se restringem aos movimentos

culturais, como na década de 1920; é preciso estar no interior da burocracia; misturar-se com a política e os políticos; decidir e administrar os rumos da cultura brasileira através do Estado.

O Conselho Federal de Cultura incorporou as características gerais do regionalismo nacionalista e observava na organização política do país os traços comprobatórios da identidade regional como marca da nacionalidade. O editorial da revista “Cultura”, periódico oficial do CFC, de janeiro de 1968, dedicado a I reunião do Conselho Federal de Cultura com os conselhos estaduais de cultura, informava que a política brasileira era fruto da realidade regional, por isso a criação de conselhos estaduais. Dessa forma, o regionalismo não se limitava à esfera cultural, mas perpassava as demais esferas sociais.

“A realidade regional é consagrada pela federação política. Essa realidade tem o seu matiz cultural próprio e os problemas que lhe são peculiares; daí a necessidade da implantação dos Conselhos Estaduais de Cultura. A I reunião Nacional dos Conselhos de Cultura (...) tem por propósito auscultar as aspirações e reivindicações que decorrem das realidades regionais (...).” (CFC, 1968:5)

Esse regionalismo nacionalista associado à valorização da mestiçagem permitia a construção de um discurso otimista sobre o Brasil e sua relação com as outras nações. O pluralismo que definia a sociedade brasileira não era excludente, não causou rupturas, ao contrário, visto do plano externo, irmanava as mais diferentes regiões do país, edificando a nação. Os intelectuais do CFC estão integrados a uma corrente de pensamento que atravessou, resguardando as diferenças entre os grupos e suas práticas de inserção do aparato político, os diversos setores que trabalhavam no direcionamento de políticas culturais e educacionais: o “otimismo ultraconservador” (REIS, J. 2006:35).

“Nação – continente e arquipélago ao mesmo tempo, se examinarmos a condição de gigantismo geográfico, espacial que nos marca no mundo físico e a regionalização que nos proporciona uma existência não-global, mas em unidades mais ou mesmo autônomas, que compõe o arquipélago, social, econômico, cultural, e, porque não concluir também, político, mesmo que se procure justificar esse arquipélago político pela existência de um sistema federativo em sua concepção realística (...) o Brasil, na sua regionalização, não se comprometeu com qualquer sistema divisionista. Ao contrário, nessa variedade, nessa pluralização, vamos encontrar justamente toda a seiva que, pela política de interligação, de intercomunicação, de vinculação mais forte do pensamento e da ação social, há matéria-prima admirável para a transformação do continente arquipélago em continente global, total, unitário, com esse unitarismo em nada se prejudicando as variantes que tanta cor e tanta riqueza asseguram ao contexto nacional, sob qualquer ângulo por que o busquemos.” (REIS, A. 1968:11)

Esse discurso “otimista” foi habilmente incorporado como política de Estado e pode ser observado nas propagandas políticas, nas políticas culturais e nas obras destinadas à educação, buscando reforçar no imaginário social uma idéia do Brasil como um país harmonioso, ordeiro e em vias de desenvolvimento. Assim, o passado garantia a inevitabilidade de nossa ascensão ao seletivo grupo das grandes potências mundiais.

“a propaganda política da época procurou consolidar como tradição incontestável uma certa tendência de fato já forte naquela ocasião de leitura sobre o Brasil: a vinculação entre os brasileiros, e a unidade na identidade, dar-se-ia através de uma cultura brasileira, mesclada com uma promissora visão do futuro.” (FICO, 1997:24)

A elaboração de um discurso que construísse um passado comum e glorioso da nação tornava a cultura nacional um instrumento preponderante para demonstração de nosso desenvolvimento e atravessou diversos setores estatais. Neste sentido, minha hipótese neste artigo é que o governo civil-militar elaborou um *sistema de representações* com o objetivo de caracterizar a nação, a partir de idéias-força como cultura, memória e identidade. Esse sistema de representações só foi possível graças a grupos intelectuais, que apesar de diferentes, compartilhavam do discurso otimista ultraconservador, e atuavam em três setores-chaves na elaboração de um discurso oficial sobre a nação, já evidenciados neste texto: a propaganda política, as políticas culturais e a educação. Esses setores são capazes de influenciar o imaginário social, ainda que observada a capacidade da população de interagir e reconstruir esse discurso. Como afirma Carlos Fico, a ditadura civil-militar buscou uma imagem sobre o Brasil que vislumbrasse na longa duração aspectos geradores de *esperança e otimismo*. (FICO, 1997:19)

Nesse enfoque, a definição da identidade resulta de uma série de determinantes objetivos como a origem comum, a língua, a religião, o território etc. A identidade seria resultado da essência cultural de um grupo, cabendo aos intelectuais o papel de difusor dessa identidade, pela investigação dos elementos constitutivos da cultura. A própria divisão das Câmaras do Conselho indica essa compreensão: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico.

Assim, construía-se um discurso que se apropriava de elementos nacionalistas característicos do período ditatorial, criando um cenário marcado pelo binômio cultura nacional – invasão estrangeira. A cultura nacional estaria ameaçada pela consolidação da indústria cultural de massas que introduzia no país elementos estranhos a nossa formação social. Para impedir a descaracterização da cultura nacional que ameaçava a segurança nacional era fundamental reconstruir uma memória nacional que valorizasse os heróis do passado e os elementos folclóricos.

A valorização desses bens simbólicos era essencial na preservação cultural do país, considerada ameaçada pelo aparecimento e consolidação da *mass media*. O desenvolvimento da indústria cultural de massas no país nas décadas de 1960 e,

especialmente, 1970 era considerado um movimento “alienígena” à nossa cultura. As concepções teóricas adotadas pelos intelectuais do CFC tornavam qualquer ação em favor da cultura de massas um ato de violência e transgressão de nossa cultura. Nesse cenário, o grupo era contrário ao financiamento do Estado para esse tipo de produção artística.

Assim, a cultura brasileira só existe no interior da nação e só é verdadeira quando corresponde aos interesses de todos os setores sociais, ou seja, é marcada pelo *desinteresse*, pois não serve a nenhum grupo em particular, respondendo aos elementos condicionantes e dinâmicos que a promovem. Neste sentido, toda cultura tem um caráter nacional, pois seu desenvolvimento depende de fatores geográficos, da herança étnica, dos momentos históricos e da linguagem vivenciados por um grupo social. De todos esses fatores, apenas a linguagem é considerada um elemento dinâmico da cultura que ocorre através da fala e da interação entre os sujeitos históricos.

As concepções substancialistas que definem a cultura e, logo, a identidade a partir de elementos como a língua, o território, e um passado comum são amplamente utilizadas pelos Estados para descrever a singularidade de uma nação. Os grupos intelectuais que partilhavam dessas concepções são facilmente incorporados pelo Estado brasileiro, especialmente, em momentos onde os governos utilizam do autoritarismo para conter a população; afinal, a legitimidade de suas ações precisa estar ancorada numa suposta “defesa de interesses da nação”. A descrição objetiva dos elementos simbólicos que compõe e singularizam a nação são mais eficientes quanto maior a capacidade de gerar percepções homogêneas do grupo ao qual se pretende consolidar o sentimento de pertencimento, ainda que esses elementos possam ser contestáveis através de um olhar cuidadoso – por exemplo, as populações que compartilham a mesma língua podem criar sentidos diferenciados em sua prática discursiva.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, José Maurício Gomes. “Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20”. In: KOSMINSKY, Ethel Volfson et all. (org). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 315-326

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “Editorial”. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano II, nº 7, janeiro de 1968. p. 5-6.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo. Ditadura, Propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

FREYRE, Gilberto. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. “Programa de Ação em Favor da Cultura”. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano II, nº 17, novembro de 1968.

REIS, José Carlos. *Interpretes do Brasil 2: De Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “A Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 6, n.11, 1993, p.89-112